Relatório anual brainforest 2011-2012-pt

Rapport annuel brainforest 2011-2012-fr

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011-2012

-- 1 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 2 BRAINFOREST Bairro Ambowé, B.P : 23 749 Libreville – Tel : 07 97 84 25 E-mail : info@brainforest-gabon.org – www.brainforest-gabon.org N° de registro : 00265/ MISPD/SG/CT - NIF : 89616C As opiniões expressas, as informações apresentadas neste relatório não constituem de forma alguma a expressão da opinião dos doadores e são de responsabilidade da Brainforest © Maio 2013 ®

-- 2 de 52 --

3 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2011-2012

-- 3 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 4 AFLEG : Aplicação da Lei Florestal e Governança na África APV : Acordo de Parceria Voluntária CBFF: Fundo Florestal para a Bacia do Congo CARPE : Programa Regional da África Central para o Meio Ambiente CBFF : Fundo Florestal para a Bacia do Congo COMIFAC : Comissão das Florestas da África Central CED : Centro para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento CIFOR : Centro Internacional para a Pesquisa Florestal DFID : Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido FAO : Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura FERN : Rede de Pesquisa para o Empoderamento Florestal IUCN : União Mundial para a Conservação da Natureza IRET : Instituto de Pesquisa em Ecologia Tropical MARP : Método Acelerado de Pesquisa Participativa MEFP : Casa da Criança e da Mulher Pygmée OCDH : Observatório Congolês dos Direitos Humanos ONG : Organização Não Governamental PSFE : Programa Setorial Floresta e Meio Ambiente REDD : Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Devido ao Desmatamento e à Degradação das Florestas RDC : República Democrática do Congo RCA : República Centro-Africana RFUK : Rainforest Foundation UK UE : União Europeia WRM : Movimento Mundial das Florestas Tropicais ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

-- 4 de 52 --

5 SUMÁRIO MENSAGEM DO SECRETÁRIO
EXECUTIVO .....7 CONTEXTO DAS ATIVIDADES DA BRAINFOREST EM 2011-2012.....9 PRIMEIRA PARTE : BALANÇO
TÉCNICO ..... 11 PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS .....13 I. O Projeto “Participação das comunidades da Bacia do Congo no coração da redução do desmatamento e degradação
florestal” ..... 13 II. O Projeto “A implementação do FLEGT: Promover a boa governança no setor florestal”..... 21 III. O Projeto “Assimilação e divulgação dos elementos do plano de ação FLEGT pela sociedade civil gabonesa, para sua participação qualitativa nos trabalhos de negociação e implementação do APV” ..... 28 IV. O Projeto “Fortalecimento de capacidades para o respeito e a promoção dos direitos das comunidades florestais” .....
..... 32 V. O Projeto “Fortalecimento de capacidades dos membros da sociedade civil gabonesa e das comunidades

locais nas atividades de monitoramento e coleta de informações sobre infrações florestais, para uma melhoria da
governança” 36
VI. O Projeto “PROFORMAL: Opções políticas e regulamentares visando reconhecer e melhor integrar o setor nacional da madeira nos países
tropicais” ..... 38 ESTUDOS
REALIZADOS 41
I. Estudo sobre o impacto das plantações agroindustriais de palmeiras de óleo e borracha sobre as populações do Gabão .....
.....41 II. Estudo sobre o índice de sustentabilidade 2010 e 2011 das ONGs da África Subsaariana ..... 42 PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS NACIONAIS E
INTERNACIONAIS .....43 I. A Dinâmica Gabão Minha Terra Meu Direito (www.gabonmaterre.org) ..... 43 II. Coalizão publique o que você paga ..... 43 III. A plataforma ambiental
Gabão 44
CONSTRANGIMENTOS RELATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DE NOSSAS AÇÕES NO
CAMPO .....45 I. CONSTRANGIMENTOS
INTERNOS ..... 45 II. CONSTRANGIMENTOS
EXTERNOS ..... 45 SEGUNDA PARTE : BALANÇO FINANCEIRO .....47 Balanço financeiro 48
I. Financiamentos recebidos em 2011
..... 48 II. Financiamentos recebidos em 2012 ..... 49 III. Despesas por categoria em 2012 50

7 O RELATÓRIO 2011-2012 testemunha do desdobramento enfim de nossa organização no campo junto das populações. Com o apoio tradicional de nossos principais financiadores e parceiros, entre os quais a União Europeia, o DFID, a AFD, a Cooperação Francesa, a USAID, a FAO, a Rainforest Foundation UK e a FERN, conseguimos não apenas estar presentes no campo, mas cobrir permanentemente 4 províncias das 9 que compõem nosso país. Essas antenas permanentes e os juristas que lá realizam suas atividades são a prova de que, em tão pouco tempo, a Brainforest, pela determinação de sua equipe de profissionais e a visão dos responsáveis, é uma das referências nacionais em matéria de promoção da governança florestal, mineral e petrolífera em particular, e da governança dos recursos naturais e dos direitos das populações em geral. Com um efetivo de 24 funcionários, ambicionamos aumentar esse número com a chegada de novos parceiros como a Alisei, uma ONG italiana para a execução de dois grandes pro- jetos financiados pela União Europeia. Os próximos três anos serão aproveitados para explorar outros horizontes em termos de captação de recursos para materializar nossa ambição de fazer de nossa ONG uma das mais performáticas em matéria de estudos sobre questões ambientais, de monitoramento das florestas, de estudos de impacto ambiental, de acompanhamento orçamentário, de tributação e das questões relacionadas às indústrias extrativas. Nossa grande experiência em matéria de acompanhamento de projetos de extração

de nossas matérias-primas deve se fortalecer com a criação próxima de um departamento responsável pela responsabilidade social das empresas. Marc ONA ESSANGUI Secretário executivo MENSAGEM DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

-- 7 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 8 © Ph OTO : STE fAnO AP uzz O

-- 8 de 52 --

CONTEXTO DAS ATIVIDADES DA BRAINFOREST EM 2011-2012 9 CONTEXTO DAS ATIVIDADES DA BRAINFOREST EM 2011-2012 O Gabão, diante da queda das receitas petrolíferas, comprometeu-se com a diversificação de sua economia. Para isso, o Governo gabonês conduziu profundas reformas para melhorar a eficiência econômica do setor florestal. Além desses aspectos puramente financeiros, considerações ambientais e sociais também foram levadas em conta. Pois tratava-se, ao mesmo tempo, de se elevar ao nível dos textos em vigor no plano internacional ou sub-regional e que, no geral, veiculam os conceitos de boa governança florestal e de gestão participativa dos recursos naturais. Essas reformas em materia de floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, environmento e formação, estão consignadas em documentos e textos de lei como: o Código Florestal, o Código do Meio Ambiente, o Código da Pesca e da Aquicultura, a Lei sobre os Parques nacionais, o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DSCRP), o Programa Setorial Floresta Ambiente (PSFE), a Carta de Política dos setores floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e seus diferentes textos de aplicação; e finalmente, o mecanismo FLEGT/APV e AFLEG, atualmente em sua fase preparatória em nosso país, assim como o desenvolvimento das agroindústrias com a corolário a problemática da tenure fundiária. Em suma, tratou-se para essa série de textos de alcançar os diferentes objetivos environmentais, econômicos e sociais através de: – uma implicação das comunidades rurais e da sociedade civil na gestão dos recursos naturais; – um aumento das receitas orçamentárias do Estado e a redistribuição de uma parte delas às entidades locais. – uma transformação mais avançada com alto valor agregado dos produtos florestais no nível local; – uma contribuição ao desenvolvimento dos recursos da fauna e das áreas protegidas; – uma maior implicação dos nacionais nas atividades do setor; – gerenciamento direto das florestas do domínio rural por e em benefício das comunidades e residentes locais; – proteção da biodiversidade.

-- 9 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 10 Apesar dessa vontade política ostensiva, ainda se faz infelizmente o triste constatação do grande descompasso que existe entre as ambições contidas nos textos de lei e a prática no terreno. E se é verdade que um avanço foi observado em alguns setores, não deixa de ser verdade que muito ainda precisa ser feito. Dessa forma, a Brainforest implementou um panorama de atividades com a ambição de contribuir efetivamente para os processos políticos e legislativos iniciados tanto no plano nacional quanto internacional, especialmente em matéria de governança; de gestão sustentável dos recursos naturais; e de equidade nos lucros e no acesso para todas as partes interessadas a esses recursos. Para isso, no campo específico da gestão das florestas, a Brainforest, em parceria com outras organizações locais e internacionais, tem seguido a execução de vários projetos centrados na promoção da gestão sustentável e na luta contra a exploração ilegal de nossos recursos. Em matéria de governança, a convergência de visão com as preocupações da comunidade nacional e internacional sobre essa questão foi o catalisador dos projetos realizados nesse campo. A transversalidade do debate sobre a equidade social frequentemente traz essa problemática para uma questão de governança. Para isso, a promoção da equidade como preocupação foi frequentemente abordada de maneira igualmente transversal no nível dos diferentes projetos

implementados.

-- 10 de 52 --

CONTEXTO DAS ATIVIDADES DA BRAINFOREST EM 2011-2012 11 PRIMEIRA PARTE: BALANÇO TÉCNICO É SEMPRE importante ressaltar que a escolha de nossas ações é sempre guida pela preocupação de promover nossa visão de alcançar uma sociedade gabonesa na qual o meio ambiente será protegido, com a participação efetiva das comunidades locais e indígenas que se beneficiarão das repercussões decorrentes da gestão dos recursos naturais. Para isso, além dos projetos implementados, a Brainforest também se desdobrou no terreno durante o período de 2011-2012 através da realização de vários estudos e sua participação nos processos nacionais e internacionais sobre a gestão sustentável dos recursos naturais e a boa governança.

-- 11 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 12 © Ph OTO DR © Ph OTO : STE fAnO AP uzz O

-- 12 de 52 --

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 13 PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS Como é de costume, os projetos implementados por nossa organização durante este período se concentraram essencialmente em temáticas relacionadas aos nossos objetivos globais que são: – a promoção da boa governança e da partilha equitativa com as populações locais dos benefícios decorrentes da gestão dos recursos naturais; – o compartilhamento de experiências e o fortalecimento das capacidades dos atores estatais e não estatais do Gabão que atuam em nossos setores de atividade; – o apoio das comunidades locais e indígenas no conhecimento, no reconhecimento e na utilização de seus direitos florestais e faunísticos; – a promoção da cartografia participativa como ferramenta de gestão sustentável dos recursos naturais e de consideração dos direitos das comunidades. I. O PROJETO "PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES DA BACIA DO CONGO NO CORPO DA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL" O projeto denominado "Participação das comunidades da Bacia do Congo no corpo da redução do desmatamento e degradação florestal", também chamado BOFCOM pelos parceiros do projeto, é financiado pelo Fundo para as Florestas da Bacia do Congo (FFBC, CBFF) e registrado sob o número P-ZI-C00-012 junto da Banco Africano de Desenvolvimento que gerencia os fundos do CBFF. Contexto Os países membros da COMIFAC apresentaram uma visão da Bacia do Congo para o desenvolvimento de um sistema REDD internacional que permita tanto uma conservação quanto uma gestão sustentável da floresta. De fato, diante da ambiguidade jurídica que prevalece em matéria de proteção dos direitos das comunidades florestais dos Estados membros da COMIFAC e em matéria de resolução de litígios fundiários, a implementação das estratégias nacionais REDD deveria ajudar esses países da COMIFAC no processo de reforma das leis florestais, de esclarecimento da posse fundiária e de fortalecimento da estabilidade.

-- 13 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 14 Objetivo Global. O objetivo global do projeto se resume em dois eixos principais: a redução do desmatamento e da degradação por um lado e a redução da pobreza na Bacia do Congo por outro. Para alcançar esse objetivo global, trata-se de: – Assegurar que os direitos das populações locais da Bacia do Congo sejam garantidos no âmbito de um sistema florestal climático. – Garantir que as decisões REDD que afetam os países da Bacia do Congo beneficiem as comunidades florestais e resultem em uma melhoria da governança florestal e em um uso sustentável da floresta. Duração e datas de início e fim do projeto: de 21 de janeiro de 2010 a 21 de janeiro de 2013, ou seja, uma duração de 36 meses. Parceiros BOFCOM: Brainforest (Gabão) – OCDH (República do Congo) – FERN (Bélgica/Reino

Unido) – CED (Camarões)– OCEAN (RDC)- MEFP (RCA).

-- 14 de 52 --

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 15 Tabela de estado de avanço das atividades da Componente Gabão em 31 de dezembro de 2012 Natureza e descrição dos resultados. Indicadores das Atividades planejadas Resultados até dezembro de 2012 1. oito (8) ONGs da COMIFAC participam de forma efetiva nas discussões nacionais e internacionais número ONGs nacionais têm um bom conhecimento e participam efetivamente dos debates REDD a nível nacional e internacional Meta: ano 1: 5; ano 2: 8; ano 3: 12 Organização de sessões de trabalho entre as diferentes ONGs da sociedade civil gabonesa através da plataforma "Ambiente Gabão" com o objetivo de sensibilizá-las sobre o processo REDD, disponibilizando informações sobre as diferentes temáticas. A Plataforma Ambiente Gabão, inicialmente preconizava trabalhar especificamente sobre REDD, mas a evolução das discussões a nível nacional nos leva a considerar mais globalmente as discussões sobre as mudanças climáticas como processo sobre o qual nossos esforços devem ser direcionados. Participação do Coordenador dos Programas da Brainforest, Chefe do projeto BOFCOM, como pessoa-recurso e formador no seminário de sensibilização sobre o processo REDD em 19 de março de 2011 organizado pela Rede de Jovens para as florestas da África Central no Gabão (REJEFAC) com a participação de uma vinte de pessoas representando OSC, incluindo 5 da Plataforma Ambiente Gabão. Organização de um workshop de formação sobre o Advocacy das OSC da Plataforma Ambiente Gabão com integração de módulos sobre os mercados de carbono e os créditos ecológicos (Trinta participantes) de 27 a 29 de novembro de 2012. 2. Coalizões nacionais de ONGs em 3 países COMIFAC participam do desenvolvimento/ concepção e implementação das estratégias nacionais REDD número das coalizões operacionais Indicadores: ano 1, 2; ano 2, 3; ano 3: 5 (opcional) Participação efetiva das coalizões a nível nacional e internacional no debate REDD A Brainforest é responsável pela coordenação da plataforma de ONGs "Ambiente Gabão" que deveria servir como um espaço de concertação no processo REDD caso esse processo fosse iniciado no Gabão. No entanto, observa-se que o governo (ou presidência??) está se orientando muito mais para um mecanismo que incluiria o REDD como uma compo- nenete desse mecanismo nacional (ver análises após a tabela). A Brainforest é membro de uma coalizão sub-regional que reúne os 5 países do projeto BOFCOM.

-- 15 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 16 Natureza e descrição dos resultados. Indicadores das Atividades planejadas Resultados até dezembro de 2012 3. Redes fortes e claras na região da bacia do Congo de ONGs e OSC compartilham uma agenda comum sobre a melhoria da governança florestal e os direitos comunitários Reuniões anuais para discutir as estratégias conjuntas Indicador 1 por ano Participação em workshops regionais de REDD-ACRn (2010, 2011, 2012 em Douala) e em Bruxelas (outubro de 2012) Participação na Cúpula de Durban (COP17) com o Caucus de Acra. A nota de posição que havia sido publicada pela Brainforest antes da COP17 não registrou reação por parte das autoridades. No entanto, em Durban, as incoerências observadas entre as diferentes administrações técnicas envolvidas nesta nota de posição sobre a gestão do processo do Plano Clima foram visíveis em Durban. Após Durban, a documentação e os documentos desenvolvidos pelo Caucus de Acra foram disponibilizados aos membros da Plataforma Ambiente Gabão. Atualizado. Membro do Caucus do Congo. Criação em maio de 2012 de uma Rede "O Clube dos Jornalistas Verdes; CJV" em parceria com a UICN- CARPE no Gabão, rede que reúne inicialmente uma dezena de órgãos de imprensa (escrita, online e TV). Até o momento, 11 artigos foram publicados por jornalistas membros do CJV sobre as atividades da Plataforma (arquivos anexados) e também houve algumas menções nos telejornais. Produção de uma canção (anexa) e um clipe de vídeo (em fase de montagem) sobre a

sensibilização contra as plantações agroindustriais e mais particularmente o acaparamento de terras pelo grupo Olam. E, em apoio às comunidades potencialmente impactadas pelo projeto da Olam na província do Woleu-ntem, a Brainforest coordenou a assinatura de uma petição com voluntários que circularam com listas em Libreville e no Woleu-ntem e registramos quase 1.000 signatários para a campanha de sensibilização contra as plantações agroindustriais e pelo respeito aos direitos comunitários e uma melhor governança na gestão da posse fundiária. 4. Esquemas REDD (projetos) nos países COMIFAC são desenvolvidos com uma participação efetiva das partes interessadas locais, incluindo as comunidades locais ONGs têm um lugar à mesa da COMIFAC nos diferentes países onde se discute REDD Indicadores: ano 1: 2; ano 2: 4; ano 3: 5 ONGs Acompanhamento do processo de elaboração do Plano clima e discussões sobre a implicação das OSC gabonesas no processo Realização de um estudo sobre o impacto das plantações de óleo de palma e borracha sobre as populações locais (Relatório disponível), em parceria com o WRM e FERN. Apresentação do estudo à plataforma (workshop novembro 2012)

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 17 Natureza e descrição dos resultados. Indicadores das Atividades planejadas Resultados até dezembro de 2012 5. um mecanismo efetivo de mo- nitoramento das transferências financeiras do nível central e local para permitir que as partes interessadas desobservem/supervisionem o que se passa com os fundos REDD Mecanismo transparente de compartilhamento de benefícios existe Indicadores: proposta submetida para comentários ano 2 não aplicável ao Gabão, pois o início do pro- cesso REDD ainda não é efetivo 6. Planos nacionais REDD mencionam a importância do reconhecimento dos direitos dos povos florestais Planos nacionais REDD referem-se aos textos relativos aos direitos dos povos florestais Os direitos das comunidades florestais não são reconhecidos no Gabão. Participação na elaboração de um pleito em favor dos direitos fundiários em nível comunitário e ao- près do Governo: Lançamento da Campanha Gabon Ma Terre Mon Droit com uma vinte de ONGs (especificar as atividades, as localidades, os ferramentas, etc....) Observações e Análises sobre os Resultados 1. Oito (8) ONGs da COMIFAC participam de forma efetiva das dis- cussões nacionais e internacionais Partindo da constatação de que as discussões sobre as mudanças climáticas de uma maneira geral, e especificamente o processo REDD são muito técnicas e complexas, verifica-se que há uma necessidade evidente de mais informações/fortalecimento de capacidades para uma melhor compreensão por parte das OSC da Plataforma. Mas para que haja qualquer programa de fortalecimento de capacidades, é necessário ter informações confiáveis sobre o conteúdo das políticas desenvolvidas, mas sobretudo a efetiva participação (informação/participação) das diferentes partes interessadas. Diante dessa situação de falta de informações oficiais sobre o avanço das discussões ou do desenvolvimento das políticas, consideramos que é necessário começar a preparar as OSC da Plataforma Ambiental com informações e sessões de trabalho de restituição. Assim, organizamos algumas sessões de trabalho informais trimestrais que se concentraram, na primeira sessão em 10 de março de 2012, na Nota de posição da Brainforest sobre o Conselho Clima antes da COP17 e na restituição de nossa participação nesta COP17. As outras sessões de trabalho também foram sessões de restituição de nossas reuniões ACRN de Douala e de Bruxelas. Essas sessões reuniram em média uma quinze pessoas de uma dezena de ONGs. Consequentemente, também utilizamos o mailing para compartilhar as informações com o restante dos outros membros da Plataforma Ambiental Gabão.

 De uma maneira geral, constatamos que as OSC estão dispostas a se envolver neste processo nas discussões sobre as mudanças climáticas, mas a falta de informações "oficiais" e, sobretudo, a falta de clareza da posição do Gabão sobre essas questões

não permitem que essas OSC possam se posicionar melhor, fora da coleta/compartilhamento de informações gerais sobre esses temas. De fato, a posição oficial do Gabão sobre o processo não é muito clara em relação especificamente ao processo REDD, e às discussões sobre as mudanças climáticas de uma maneira geral. Informações "não oficiais" obtidas de algumas pessoas recursos dentro de algumas administrações técnicas envolvidas, como outros mecanismos (MDP...), o processo REDD não seria mais do que um componente a ser integrado no Plano Clima Nacional (PCN), embora atualmente, nenhuma parte interessada tenha a informação oficial sobre a finalização ou a disponibilidade deste PCN (ver Nota de posição da Brainforest: constatações ainda atuais!). Pelo que parece, o Gabão está se orientando muito mais para um processo favorável para os mercados de carbono e os créditos dos ecossistemas. E, essas orientações estariam detalhadas no PCN (qual é a sua disponibilidade?) e na Lei de Desenvolvimento Sustentável que está prestes a ser promulgada. No entanto, esses textos sofrem de opacidade na qual foram (ou estão) elaborados. De fato, fora dos escritórios internacionais (ONFi e CITEPA para o PCN) e algumas administrações/instituições nacionais (Conselho Clima para o PCN, Direção do Meio Ambiente para a Lei sobre Desenvolvimento Sustentável), realmente não houve um processo nacional de consulta efetiva das partes interessadas. Portanto, há várias preocupações quanto ao conteúdo desses textos e ao impacto que eles poderiam ter no final sobre a governança dos recursos naturais no Gabão. 2. Coalizões nacionais de ONGs em 3 países da COMIFAC partici- pam do desenvolvimento/concepção e implementação das estratégias nacionais REDD A Plataforma Ambiental Gabão já está muito ativa no processo APV/ FLEGT. No entanto, esse dinamismo ainda não pode ser observado no âmbito das discussões sobre as mudanças climáticas, e especificamente sobre REDD, pois nenhuma estratégia nacional ainda foi desenvolvida.

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 19 3. Redes fortes e claras na região da bacia do Congo de ONGs e OSC compartilham uma agenda comum sobre a melhoria da governança florestal e os direitos comunitários O CjV tem como objetivo uma melhor cobertura midiática das atividades das OSC e divulgação da informação ambiental. Mesmo que o dinamismo dos membros do CjV ainda precise ser fortalecido, nota-se, no entanto, que há a expressão por parte deles de uma necessidade evidente de fortalecimento de capacidades sobre diferentes temas relacionados ao posicionamento e às atividades das OSC. Portanto, estamos refletindo com a UICN-CARPE sobre as estratégias a serem implementadas para a sustentabilidade deste CjV. Com a problemática da terra e dos projetos de apropriação de terras, especialmente com as plantações agroindustriais que estão ganhando força no Gabão, observa-se um determinado dinamismo das OSC gabonesas em relação a esses problemas. Assim, houve o lançamento da Campanha GabonMaTerreMonDroit (GMTMD, www.gabonmaterre.org) para uma melhor justiça social no âmbito da melhoria da governança e dos direitos das comunidades. 4. Esquemas REDD (projetos) em países da COMIFAC estão sendo desenvolvidos com a participação efetiva das partes interessadas locais, incluindo as comunidades locais O Plano Clima Nacional, do qual o REDD "deveria" ser um dos componentes, não está finalizado, pois até o momento, não foi publicado nem validado nacionalmente, e, portanto, não está disponível para as diferentes partes interessadas. Na sua elaboração, além de alguns membros do Conselho Clima, da ONFi e do CITEPA, não houve participação/consulta das outras partes interessadas e muito menos das comunidades locais. Como consequência, ainda não existem oficialmente projetos REDD nacionais além do projeto REDD sub-regional da COMIFAC. 5. Um mecanismo efetivo de monitoramento das transferências financeiras do nível central e local para permitir que as partes interessadas observem/ supervisionem o que se passa com os fundos REDD Há uma necessidade de compreender melhor os diferentes mecanismos que fazem (ou farão) parte do Plano Clima (Documento ainda não disponível!), mas o problema

-- 19 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 20 reside na total opacidade na qual este Plano está sendo desenvolvido. Desde o início, no lançamento de sua elaboração, o Conselho Clima se posicionou como a única instância habilitada a falar sobre REDD e as Mudanças Climáticas no Gabão, levando à frustração dos ministérios técnicos envolvidos. Posteriormente, dissensões surgiram dentro do próprio Conselho Clima (ver Nota de posição da Brainforest anexada), o dossiê do Plano Clima foi confiscado nas mãos de alguns conselheiros da presidência gabonesa com o apoio técnico da ONFi e CITEPA. Portanto, até o momento, nenhuma outra parte interessada pode afirmar ter uma ideia dos mecanismos que serão desenvolvidos para o monitoramento das transferências financeiras. 6. Planos nacionais REDD mencionam a importância do reconhecimento dos direitos dos povos florestais Não existe um plano nacional REDD, que deveria ser um dos componentes do Plano Nacional Clima, ainda não é efetivo. © Ph OTO : STE fAnO AP uzz O

-- 20 de 52 --

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 21 II. O PROJETO "A IMPLEMENTAÇÃO DO FLEGT: PROMOVER A BOA GOVERNANÇA NO SETOR FLORESTAL" O projeto é financiado pelo Departamento britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID, Reino Unido) e é implementado em parceria com a ONG internacional FERN Resumo do projeto Este programa de três anos que propomos abrange três áreas de trabalho principais: – assegurar a boa implementação dos APV existentes na África Central e Ocidental e apoiar a negociação de novos APV na África Central e no Sudeste Asiático; – aplicar as lições aprendidas do FLEGT a outros processos (e notadamente ao REDD) e a outras matérias-primas, como o óleo de palma e a borracha; – assegurar a boa implementação das "medidas orientadas para a demanda" do Plano de Ação FLEGT em nível da UE e dos Estados membros (EM), e notadamente das políticas de aprovisionamento da UE e dos EM, do Regulamento europeu sobre a madeira, do Projeto europeu sobre a transparência da pegada florestal e do Regulamento financeiro europeu atualmente em elaboração. Contexto e lógica A lógica desta proposta baseia-se em quatro pontos-chave: 1. o fato de que as medidas destinadas a limitar os danos causados às florestas e às comunidades pela exploração ilegal das florestas falharam globalmente, enquanto o processo FLEGT pode ter sucesso; 2. o fato de que resolver o problema da exploração ilegal das florestas poderia gerar grandes quantias de dinheiro (superiores às que um mercado de carbono florestal poderia gerar) e que isso constitui um elemento essencial de um programa REDD eficaz; 3. o fato de que é importante olhar além do setor florestal para deter a desmatamento e considerar o planejamento do uso da terra em nível nacional; 4. o fato de que as medidas destinadas a preservar as florestas serão vãs se a noção de demanda não for levada em conta na equação.

-- 21 de 52 --

Relatório Anual 2011 - 2012 22 Objetivo O objetivo do projeto é fortalecer os direitos fundiários comunitários e melhorar a gestão florestal por meio da melhoria da governança florestal – através de reformas legais, institucionais e políticas. O alcance desse objetivo é sustentado por três (3) indicadores : – Indicador 1 : Área sob propriedades comunitárias ou direito de acesso e uso. – Indicador 2 : Qualidade da gestão florestal. – Indicador 3 : indicadores de governança. Resultados R1: implementação efetiva dos APV que melhoram a governança florestal e reconhecem os direitos dos povos florestais. Indicador 1.1 : Processo de consulta e implementação do APV eficaz, incluindo os atores da CSO ativos e os povos indígenas/ organizações de comunidades locais. Atividades : 1) Realização de uma reunião de concertação da plataforma em 21 de Abril de 2012, sobre as prioridades da sociedade civil em relação à grade de legalidade e ao APV em geral. Esta reunião contou com a participação de 21 OSC sobre

as 32 que compõem a rede FLEGT da sociedade civil gabonesa. O objetivo desses trabalhos era fazer um balanço sobre o nível de avanço das negociações relativas à assinatura do APV entre o Gabão e a União Europeia. Ao final dos trabalhos, os seguintes pontos foram adotados : SOBRE O ROTEIRO A plataforma das Organizações da Sociedade Civil desejou uma rediscussão do roteiro, constatando que ele está sujeito a importantes atrasos nas datas de realização das atividades. O interesse é permitir que uns e outros se preparem melhor e acompanhem melhor os diferentes debates. SOBRE A GRADE DE LEGALIDADE

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 23 A Plataforma das Organizações da Sociedade Civil se propôs a trazer elementos concretos nos seguintes princípios : Princípio 3 relativo à legislação sobre o meio ambiente. Constatando a ausência de um sistema de tratamento seguro de resíduos, a Plataforma pediu que a questão do tratamento de resíduos pesados seja discutida e objeto de decisões concretas. Princípio 4 relativo à promoção do emprego de trabalhadores nacionais A Plataforma das Organizações da Sociedade Civil solicitará a promulgação, a aplicação e a inserção no APV do texto regulamentar relativo à segurança e saúde no trabalho, bem como as disposições relativas às condições de trabalho conforme previsto no Código do Trabalho. A sociedade civil também desejará que as disposições regulamentares relativas à preferência da mão de obra local, em igualdade de condições, no domínio do recrutamento, sejam efetivamente aplicadas. Ela finalmente esperará que a regulamentação em matéria de recrutamento, conforme previsto pelo Código do Trabalho gabonês, seja respeitada. Princípio 9 relativo aos direitos das comunidades A Plataforma das Organizações da Sociedade Civil reconheceu a importância da delimitação do domínio florestal rural e sua implementação. Mas, por preocupação em avançar nas negociações, recomendará que um mecanismo de apoio às comunidades seja integrado no APV, a fim de acompanhar as comunidades na produção de mapas participativos de seus territórios, permitindo limitar as áreas de concessões florestais fora das zonas de direito das comunidades. Algumas populações locais vivem na floresta. Elas dela tiram seu alimento, a sua medicina, sua crença e sua cultura. Sua história está inscrita nela. É vital respeitar seus direitos e garantir sua vida cotidiana de nômades na área que ocupam há séculos. A sociedade civil reiterou seu desejo de acompanhar a reflexão sobre a implementação de um quadro jurídico e institucional sustentável das florestas comunitárias. Com o objetivo de enriquecer a reflexão, a Plataforma das Organizações da Sociedade

 Civil se propõe a elaborar no mês de junho, um manual de procedimentos e um modelo de caderno de cláusulas contratuais dirigido às outras partes interessadas, a fim de complementar a disposição 251 do Código florestal. Após sua ampla concertação, a Plataforma das Organizações da Sociedade Civil lembra a importância de integrar no corpo do APV, um anexo sobre as informações a serem tornadas públicas e um sobre os textos legislativos a serem adotados. Finalmente, a Plataforma das Organizações da Sociedade Civil deseja que um observatório independente das florestas seja integrado no processo de negociação. O observatório independente das florestas constitui um instrumento que permite melhorar a governança do recurso florestal. Esta ferramenta será um parceiro e uma entidade complementar do Estado, no cumprimento de suas missões. Após a divulgação desta nota de posição, a reação do governo não se fez esperar. Este considerará que as OSC têm toda a legitimidade para reivindicar a revisão do roteiro, assim como para propor melhorias, mas não é porém de sua alçada decidir sobre a continuidade a ser dada. As propostas permanecem a serem estudadas e emendadas. É importante notar, no entanto, que desde a publicação da nota de posição da sociedade civil, as negociações estão bloqueadas e nenhuma nova informação

trouxe desde então esclarecimentos sobre as razões do bloqueio, ou ainda menos sobre a data eventual de retoma das discussões. 2) Quanto ao manual de procedimentos de elaboração dos cadernos de encargos, foram iniciadas trocas desde maio de 2012 entre a Brainforest, representando a plataforma FLEGT das OSC gabonesa, e a ONG ClientEarth com o objetivo de estabelecer uma parceria de assistência jurídica no âmbito da formulação pela sociedade civil, deste documento contratual que deve regular as relações entre os exploradores florestais e as comunidades rurais das zonas de exploração do madeira. É importante ressaltar que o manual de procedimentos se destina às partes interessadas das negociações do APV por enquanto, e que uma vez adotado se destinará a todos os atores do setor florestal (Populações rurais, operadores privados, Administrações Locais, Administração das florestas, Autoridades judiciárias, parceiros de desenvolvimento, Autoridades de emissão de licenças FLEGT etc).

-- 24 de 52 --

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 25 Por enquanto, nenhuma reação é registrada por parte do governo sobre este assunto. Da mesma forma, é difícil falar de bloqueio por enquanto, pois os parceiros (Brainforest e ClientEarth) continuam a trabalhar para finalizar o documento, após a última sessão de apresentação do rascunho às OSC durante o workshop realizado em Libreville nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2012. Indicador 1.2 : Discussões sobre a propriedade fundiária em nível nacional As discussões sobre le fundiário au nível nacional conheceram maisieurs articulações. Com cada uma tendo como objetivo alimentar a reflexão durante as sessões organizadas em Libreville de 11 a 13 de julho de 2012. As diferentes etapas que estruturaram essas reflexões foram : – o estudo sobre a propriedade fundiária feito por uma consultora internacional (Liz Alden Willy) de novembro a dezembro de 2011, a pedido da FERN e ClientEarth ; – o workshop sobre a propriedade fundiária que deveria servir para apresentar os resultados do estudo : estado das questões fundiárias no Gabão – o estudo sobre o impacto das agroindústrias sobre os direitos fundiários rurais. Aqui, o objetivo era ver a partir dum caso concreto como a problemática da segurança fundiária através dos processos de apropriação de terras em larga escala pode fragilizar as comunidades rurais pobres e desfavorecidas do país. Para todas essas atividades, o público-alvo era, sem dúvida, as OSC da rede FLEGT, mas também todas as Administrações envolvidas nas questões fundiárias. A participação das partes interessadas em cada uma das atividades foi satisfatória. De fato, se para o workshop nacional sobre a propriedade fundiária as listas de presença mostravam 60 convidados, os estudos, por sua vez, obrigaram os consultores a investigar junto a uma ampla amostra de informantes. A esse respeito, o estudo de novembro e dezembro de 2011 permitiu visitar comunidades rurais em três províncias do Gabão. Ou seja, um total de 150 pessoas, homens, mulheres e jovens juntos. O estudo sobre o impacto das agroindústrias ocorreu nas mesmas localidades e teve a mesma base sociológica. O resultado de todas essas atividades permitiu a criação de uma nova dinâmica impulsionada pelas OSC gabonesas, ao lado das discussões FLEGT. Trata-se da iniciativa "Gabão minha terra meu direito".

-- 25 de 52 --

Relatório Anual 2011 - 2012 26 Atividades : – Discussões sobre a propriedade fundiária em nível nacional. – Estudo de caso produzido sobre o status atual dos direitos sobre as terras – Workshop nacional sobre a propriedade fundiária – Preparação dos Termos de referência em vista do estudo sobre a viabilidade das florestas comunitárias no Gabão. Entre as atividades acima inicialmente identificadas, o estudo sobre a viabilidade das florestas comunitárias não ocorreu. A razão foi simplesmente relacionada ao fato de que já existem outras iniciativas anteriores que trabalham sobre essa problemática. Trata-se do Ministério das Águas e Florestas no âmbito do projeto de apoio da OIBT à promoção das florestas comunitárias no Gabão, e do projeto "DACEFI" do WWF-Gabão. Essas duas iniciativas têm respectivamente 6 anos de

experiência sobre a questão (DACEFI) e 2 anos (Projeto OIBT do Ministério das Águas e Florestas). R2 : Uma rede bem informada de OSC trabalhando sobre o FLEGT e os direitos das comunidades em nível global Indicador 2.1 : Número de documentos e declarações de posição de qualidade produzidos pelos membros da plataforma FLEGT Atividade : – Produzir documentos e fazer declarações para bem traduzir nossa posição nas discussões FLEGT. A exposição dos motivos da nota de posição é mencionada no resultado 1. R3 : Contribuir à fazer compreender le potencial dos processos d'APV das na melhoria da governança das florestas e dos recursos naturais Indicador 3.1 : indicadores de governança. Atividades : – Número de trocas e comunicações de qualidade entre os membros e uso do site Web loggingoff (nr consultas individuais). Medida na qual as informações (sobre o impacto dos arrendamentos a longo prazo para produção agrícola ou especulação sobre os direitos das comunidades sobre as

 terras) são produzidas com e por parceiros locais (ligado ao financiamento de CBFF e WRM, estudo Franck Ndjimbi (a ser finalizado em janeiro de 2013). O site foi reformulado para garantir uma melhor visibilidade do projeto e de suas atividades. A nova versão do site enfatiza a visibilidade das diferentes publicações (relatórios e artigos) a ele relacionadas. O foco também está no arquivamento; e a esse respeito, um motor de busca baseado em palavras-chave e no ou nos financiadores será implementado. Data limite no final de janeiro para a entrega. © Ph OTO : BRAI nf OREST

 III. O PROJETO "ASSIMILAÇÃO E VULGARIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PLANO DE AÇÃO FLEGT PELA SOCIEDADE CIVIL GABONESA, PARA SUA PARTICIPAÇÃO QUALITATIVA NOS TRABALHOS DE NEGOCIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO APV" Iniciado em 2011 por um período de 2 anos, com financiamento da Delegação da União Europeia, o projeto visa promover a assimilação e a vulgarização dos elementos do plano de ação FLEGT pelos atores da sociedade civil gabonesa. O objetivo dessa demanda é preparar e fortalecer a participação das OSC nas atividades de negociação e, posteriormente, na implementação do APV. Os parceiros iniciais do projeto são Brainforest (Portador do Projeto), AGNU, Nyanga Tour, Alsem, FERN e WellGrounded. Contexto A ação visa apoiar o Acordo de Parceria Voluntária (APV) FLEGT entre o Gabon e a UE. Para isso, busca trabalhar em favor do fortalecimento das capacidades da sociedade civil para que ela possa se envolver efetivamente nas negociações do APV, por um lado, e por outro lado, para que se prepare para a implementação do APV através do fortalecimento do sistema de verificação da legalidade (SVL), por meio da vigilância das florestas. Objetivos visados O objetivo global do projeto é estabelecer junto à sociedade civil uma compreensão sustentada dos elementos do plano de ação FLEGT, e uma melhor capacidade de análise para uma melhor participação nas negociações do APV. De forma específica, trata-se, para as organizações da sociedade civil gabonesa, de : – Mostrar uma melhor compreensão do mecanismo FLEGT – Desempenhar um papel ativo na negociação e na implementação do APV em todo o país. Atividades realizadas As atividades foram planejadas em três eixos, a saber : – O fortalecimento das capacidades das OSC ; – A participação nas negociações ; – A comunicação.

 Resumo da Ação As atividades descritas por este relatório foram planejadas para o período de novembro de 2011 (data de assinatura) a dezembro de 2012. O presente relatório dá portanto uma visão geral do nível de implementação. Atividades e resultados Eixo 1 : Fortalecer as capacidades das OSC da plataforma FLEGT para permitir-lhes compreender e analisar algumas temáticas-chave do processo FLEGT e os conteúdos da legislação florestal em relação a esses temas. Parte de

formação da sociedade civil. Atividades 1: Fortalecer as capacidades das OSC e das comunidades rurais sobre os conceitos de "Sistema de rastreabilidade da madeira", "cadeia de suprimento", e "os procedimentos de controle da conformidade das madeiras". Título das atividades realizadas em relação à atividade 1: Oficinas de informação e de sensibilização sobre as ferramentas do APV FLEGT. Conferências organizadas: – No Estuário : Nos departamentos de NZOMOE e da NOYA com cerca de trinta (30) participantes cada. Planejadas para 2 dias de trabalho, a organização e execução das atividades ocorreram de 21 a 30 de março de 2012 em NZOMOE e de 1 a 7 de abril em Cocobeach, departamento da NOYA. – Na Nyanga : Os departamentos de MOUGOUTSI e da Baixa BANIO abrigaram os trabalhos das duas oficinas organizadas na Nyanga. Também planejadas para 2 dias de trabalho para 30 participantes, a organização e a realização, por outro lado, exigiram 7 dias para cada oficina. Assim, de 08 a 15 de maio os trabalhos ocorreram em MAYUMBA na Baixa BANIO, e de 16 a 22 em TCHIBANGA no departamento de MOUGOUTSI.

 Os temas abordados foram os conceitos técnicos do FLEGT que são : – sistema de rastreabilidade da madeira, – cadeia de suprimento, – e os procedimentos de controle da conformidade das madeiras. Ao desenvolver atividades em torno desses conceitos, o objetivo buscado era tanto facilitar a compreensão das OSC e das comunidades rurais do interior do país em relação a essas noções, mas também, devido a essa compreensão, suscitar posicionamentos ou pontos de vista da sociedade civil sobre essas questões no âmbito das negociações FLEGT. Resultados dessa atividade – Em primeiro lugar, notar a forte mobilização das organizações associativas e das comunidades rurais do interior do país, nas regiões onde ocorreram as missões. Em seguida, indicar que o projeto suscitou um início de conscientização para uma sinergia de esforços entre a sociedade civil organizada dentro da rede FLEGT e as Autoridades locais. Parte de comunicação. Atividades 2: Concepção, produção e difusão de ferramentas de informação sobre o FLEGT. Publicação de artigos na imprensa escrita e online gabonesa. Aparições na mídia televisiva para abordar questões relacionadas ao FLEGT. Atualização regular das informações relativas às atividades do projeto no site da Brainforest. Os temas abordados pelos folhetos. – O FLEGT e suas temáticas ; – A importância desse processo : desafios e perspectivas ; – A problemática da governança no setor florestal. Resultados dessa atividade Um amplo público de atores da sociedade civil e da administração pôde ser informado sobre a existência do processo FLEGT, seus objetivos, e principalmente das negociações em curso entre o Gabão e a UE com vistas à assinatura de um Acordo de Parceria Voluntária (APV).

 4 folhetos tratando de : – O que é o FLEGT ; – O desenvolvimento das Leis através do FLEGT ; – A política comercial da UE através do FLEGT ; – Por que é necessário desenvolver uma parceria com os países produtores... – ...foram produzidos. No total, 250 exemplares de cada folheto temático foram impressos e distribuídos nas regiões que abrigaram seminários no interior do país. Cópias desses folhetos serão anexadas ao presente relatório parcial. Eixo 2: Permitir às OSC membros da plataforma FLEGT participar efetivamente do processo de negociação do APV FLEGT e, mais geralmente, na implementação do futuro acordo entre o Gabão e a UE. Atividades. 1- Oficina sobre a elaboração de uma estratégia geral de advocacy em relação às temáticas-chave nas quais a sociedade civil deseja mais concentrar sua atenção. 2- Incentivar elaboração de posições próprias à sociedade civil especificamente sobre as temáticas : rastreabilidade, cadeia de suprimento e procedimentos de controle da legalidade da madeira. Resultados dessa atividade – Publicação de uma nota de posição da sociedade civil em março de 2012, reivindicando a urgência por parte do governo de renegociar a folha de rota do APV/FLEGT com

a UE e a integração de um certo número de pontos importantes para as OSC, e que foram objeto de discussões no âmbito do Comitê Técnico de Coordenação (CTC). – Organização de uma oficina sobre a estratégia geral de advocacy das OSC em novembro, em relação às suas temáticas-chave.

Relatório anual 2011 - 2012 32 IV. O PROJETO "FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES PARA O RESPEITO E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES FLORESTAIS" Resumo do projeto Em parceria com a Rainforest Foundation UK (RFUK) com financiamento do DFID, o objetivo do projeto é fortalecer as organizações não governamentais (ONG) e as organizações locais gabonesas, por um lado, em suas capacidades de dominar as questões legais relacionadas à gestão das florestas e do meio ambiente e os direitos das comunidades florestais, e, por outro lado, apoiar as populações locais em suas capacidades de dialogar com os atores, públicos e privados, que atuam em seu meio, para promover o desenvolvimento e a luta contra a pobreza. O projeto facilitará a implementação de processos de troca e reflexão intra e intercomunitários e de diálogo entre as comunidades envolvidas, as autoridades locais e centrais, os operadores econômicos (empresas florestais, empresas de safári, projetos de conservação, empresas mineradoras...etc.) atuando em seu ambiente para abordar questões específicas levantadas pelas populações e relativas à utilização e gestão dos recursos florestais dos quais dependem estreitamente para seu desenvolvimento. Nesse sentido, o projeto fortalecerá a participação comunitária nas políticas, estratégias e projetos que dizem respeito ao seu meio de vida. Resumo dos resultados 1. A formação inicial de 9 juristas estagiários (após um chamado à candi- datura) e 3 juristas auditores livres pertencentes à organização parceira Conservation justice ; 2. A busca de Locais para acolher os juristas em campo e a instalação dos mesmos em suas diferentes zonas de atividades ; 3. A coordenação das equipes de campo através do apoio a elas na com- preensão do quadro lógico do projeto e na elaboração de seus planos de atividades trimestrais ; 4. O início da cartografia dos atores e da atualização dos estudos iniciais pelas equipes de campo 5. A preparação dos módulos de formação dos Parajuristas pelos juristas. Além da preparação da oficina que resultou na finalização das diferentes apresentações e dos contratos dos consultores, a equipe do projeto facilitou a realização de

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 33 o workshop de formação inicial para juristas estagiários. Dada a impossibilidade de mobilizar todos os intervenientes durante a primeira fase deste workshop, foi feita a escolha acertada de organizar uma segunda fase que permitisse cobrir todas as temáticas. Ao contrário do conteúdo do quadro lógico e considerando as realidades locais, nós conseguimos obter, ao final do processo de recrutamento, nove (9) juristas em vez de dez (10). É, no entanto, importante mencionar que 3 outros juristas auditores livres, pertencentes a uma organização parceira chamada Conservation Justice, beneficiaram-se desta formação. Este workshop teve ocomo objetivo proporcionar aos juristas-estagiários competências multidisciplinares que lhes permitissem abordar melhor todas as problemáticas às quais deveriam ser confrontados no exercício normal de suas competências ao lado dos atores locais. Assim, o workshop acima mencionado se inscrevia puramente nesta lógica e tinha a particularidade de que os formadores abordavam não apenas as temáticas relacionadas ao Direito internacional e nacional em matéria de gestão de terras e recursos naturais, mas também temáticas que abordavam a metodologia de trabalho em meio rural e alguns processos em curso em matéria de gestão de recursos naturais. Ao final do workshop, quatro (4) juristas foram selecionados, conforme preconizava o quadro lógico. Infelizmente, devido à desistência de um dos juristas estagiários por razões pessoais, a implementação do projeto prosseguiu com o posicionamento dos juristas restantes em suas áreas de atuação durante o mês de julho de 2012. Esta missão de posicionamento permitiu,

aliás, realizar visitas aos diferentes parceiros e comunidades locais com o intuito de apresentar os juristas mas também de discutir os grandes desafios a serem alcançados no âmbito deste projeto. Esta missão de posicionamento dos juristas foi precedida de uma missão de pesquisa de moradias que permitiu, nas três áreas do projeto, encontrar moradias que também serviriam como escritório para os juristas. Após a missão de posicionamento, era esperado que as equipes locais nos enviassem seu planejamento trimestral de atividades. No entanto, apesar das múltiplas orientações dadas por telefone, pela Coordenação do projeto, os documentos enviados pelos juristas permaneciam suficientemente vagos. É por isso que julgamos necessário realizar uma visita às suas diferentes áreas de trabalho a fim de apoiá-los nesse aspecto, mas também em uma melhor compreensão do contexto do projeto e do quadro lógico que foi elaborado para este primeiro ano. Notou-se que os juristas estavam unânimes em sua satisfação com a realização

 dessas sessões de trabalho; para eles, os desafios a serem enfrentados, assim como as atividades a serem realizadas para alcançá-los, agora estão claros. É, aliás, com base nesta clareza que os juristas executaram suas primeiras atividades de campo. As premières atividades executadas pelas équipes locais dans seus zones respectivas focaram na cartografia dos atores envolvidos na gestão dos recursos naturais em suas diferentes áreas. O objetivo era catalogar cada ator, identificar seu papel na gestão dos recursos naturais da área e, posteriormente, definir as pistas de colaboração com eles. Em seguida, foi discutida a atualização da lista de vilarejos com os quais trabalhamos nessas diferentes localidades. Aparece claramente que o projeto integrou 24 novos vilarejos aos já existentes. Esses vilarejos estão distribuídos da seguinte forma: – Na área do Ogooué Ivindo: Mbolo 3, Epassendje 1 e 2, Iyoko e Ngota; – Na área de Minvoul, muitos vilarejos foram integrados à lista anterior de vilarejos a serem estudados, a saber: Château, Mebem 1, Mebem 2, Ngone, Evela, Saint Benoît, Elarmintang 1, NfefengLam, Mintebe, Nkok-Kom, Awa'a, Mimbang, Akon-ntang, Bissono, Messang-menang. Após esses acréscimos, o projeto atualmente trabalha com um total de 54 vilarejos. No âmbito das visitas de campo, foi elaborado um questionário de coleta de dados com os juristas. Este questionário serve atualmente como base de trabalho nas aldeias para o aprimoramento do estudo inicial. Em relação a esta última atividade, as equipes estão na fase de aplicação do questionário nas aldeias. Os juristas-estagiários também iniciaram a preparação dos módulos de formação de seus para-juristas respectivos. Apenas a jurista de Makokou começou as formações de seu para-jurista devido à iminente implementação dos Comitês Consultivos de Gestão Local (CCGL) do parque de Ivindo, cuja comunidade é vizinha. Os módulos abordados são aqueles que tratam da regulamentação da fauna, dos direitos consuetudinários e dos parques nacionais. É importante notar que assistimos à primeira preparação para a implementação deste CCGL do Parque de Ivindo.

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 35 Beneficiários Número de comunidades estudadas Estimativa da população tocada pelo projeto População autóctone tocada Makokou 19 3272 0 Minvoul 19 808 289 Fougamou 16 1000 302 Total 54 5080 591 Até o momento, contamos com 54 comunidades ou vilarejos, ou seja, aproximadamente uma população total de 5080 pessoas que são diretamente afetadas pelo projeto. A população autóctone representa cerca de 12% da população total que se beneficia do projeto. A distribuição das comunidades de acordo com as áreas é mencionada tabela acima. Além disso, 4 parajuristas trabalham ao lado dos juristas e já se beneficiam de seus conhecimentos e experiências sobre questões de direito fundiário e do meio ambiente. É importante notar que a equipe de 4 parajuristas inclui 2 autóctones (uma Babongo e um Mintsogo). O aspecto de

gênero também foi considerado, uma vez que um dos membros da equipe de parajuristas é uma mulher.

-- 35 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 36 V. O PROJETO "FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL GABONENSE E DAS COMUNIDADES LOCAIS NAS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO E COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE AS INFRAÇÕES FLORESTAIS, PARA UMA MELHORIA DA GOVERNANÇA" Contexto Desde setembro de 2010, o governo gabonense iniciou negociações com a União Europeia visando a assinatura de um Acordo de Parceria Voluntária (APV). O APV visa, por um lado, a adoção de um mecanismo de regulação capaz de garantir uma exploração florestal respeitosa das normas regulamentares em Gabão, e por outro lado, a melhoria das trocas comerciais com a União Europeia pela abertura dos mercados a produtos madeireiros provenientes de fontes legais. O mecanismo de regulação desejado contém vários elementos, entre os quais, a institucionalização e a operacionalização de um observatório independente das Florestas. A observação independente contribui para o fortalecimento da governança florestal e para a melhoria das práticas. Através do acompanhamento das atividades, permite verificar a adequação das práticas às disposições regulamentares nos canteiros florestais. Dessa forma, resulta na evidência das insuficiências, como os desvios dos limites das licenças, as violações do diâmetro de explorabilidade, as cortes ilegais e sem títulos, a ausência de governança... e até mesmo a exclusão das comunidades do benefício do recurso. Para garantir a eficácia de tal instrumento, a mobilização das partes interessadas com reais capacidades técnicas é necessária. No entanto, a constatação da falta de conhecimento deste instrumento por diferentes partes interessadas levanta preocupações sobre sua capacidade de se alinhar e atender às suas expectativas práticas, para uma colaboração estreita na busca de uma aplicação efetiva das leis florestais. Assim, surge o problema do fortalecimento das capacidades das partes interessadas, especialmente da sociedade civil. É com essa perspectiva que a plataforma FLEGT das Organizações da Sociedade Civil (OSC) gabonesa, denominada "Ambiente Gabão", recebeu, pela segunda vez consecutiva, uma subvenção do Programa ACP-FLEGT da FAO. Esta subvenção foi apoiada pela ONG Brainforest.

-- 36 de 52 --

PROJETOS IMPLEMENTADOS E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS 37 Objetivos O objetivo inicial era informar e sensibilizar os membros da plataforma, bem como as comunidades rurais, sobre a noção de Observação Independente das Florestas (OIF). Em seguida, tratava-se de apoiar as atividades de fortalecimento das capacidades da sociedade civil e das comunidades locais para realizar missões de monitoramento e coleta de infrações florestais. Resultados Os resultados obtidos ao final deste projeto são os seguintes: – As OSC e as comunidades rurais foram sensibilizadas sobre a noção de OIF através de 1 workshop e 4 missões de informação sobre a história, o papel e as formas deste instrumento; – As capacidades dos diferentes atores (OSC e comunidades rurais) foram fortalecidas através da organização de um workshop e 4 sessões de formação técnica sobre: Tipos de infrações físicas; A metodologia de coleta de dados; O planejamento, preparação e realização de uma missão de OI; A redação de relatórios; A introdução ao uso do GPS; A introdução ao uso do software de cartografia Mapsource. É importante também ressaltar que, graças ao projeto, especialmente após as sessões de formação, parcerias estão sendo estabelecidas entre as OSC e as Autoridades locais de algumas regiões, para trabalhar em sinergia a fim de combater as cortes ilegais. © FOT O: BRAI nf OREST

-- 37 de 52 --

Relatório anual 2011 - 2012 38 VI. O PROJETO "PROFORMAL: OPÇÕES POLÍTICAS E REGULAMENTARES VISANDO RECONHECER E MELHOR INTEGRAR O SETOR NACIONAL DE

MADEIRA NOS PAÍSES TROPICAIS" O projeto PRO-FORMAL sobre a exploração artesanal de madeira de lei em Gabon começou em novembro de 2010 e foi concluído em junho de 2012. A necessidade de estudar esta cadeia doméstica de madeira residia, em primeiro lugar, na insuficiência de pesquisas realizadas até agora neste setor, resultando em uma falta gritante de dados em nível nacional. Estudos anteriores realizados pela administração responsável pelas Águas e Florestas (Mabiala 2004/Diwassa 2007) a montante desta cadeia estimavam o número de depósitos de madeira em 305, que empregariam mais de 700 pessoas apenas na província do Estuário. Em complemento a esses estudos, o CIFOR, em colaboração com o IRET e a Brainforest, iniciou entre 2008 e 2009 um projeto intitulado "ILLEGAL LOGGING" nesta mesma província do Estuário. A análise dos dados provenientes das pesquisas de campo a montante e a jusante da cadeia durante este projeto permitiu revelar a existência de uma importante cadeia artesanal informal, que abasteceria os mercados locais e nacionais. A segunda razão para este projeto é o compromisso de Gabão com a União Europeia no processo FLEGT-APV, que exige, a curto ou médio prazo, garantir a rastreabilidade e a legalidade de todos os produtos derivados da exploração florestal voltada para a exportação ou para o consumo doméstico. Finalmente, a decisão presidencial de novembro de 2009 que obriga as empresas florestais instaladas em Gabão a transformar 100% de sua produção no local. O objetivo geral do projeto ProFormal é caracterizar melhor a cadeia nacional de madeira de lei doméstica, a fim de determinar suas vantagens e desvantagens, produzindo opções de políticas relevantes que permitam melhor regulamentar e integrar o setor doméstico na economia formal, garantir a subsistência das populações que dele dependem e, por fim, promover a adoção de melhores práticas de gestão florestal. A análise de dados coletados favorecerá a legalidade, a segurança dos meios de subsistência e a gestão aprimorada do setor doméstico de madeira nos países tropicais, especialmente nos países em negociação ou em fase de implementação de regulamentações florestais, governança e acordos comerciais de parceria voluntária (APV FLEGT). Para a realização deste projeto em Gabão, o CIFOR (parceiro técnico e financiador) colaborou com o Ministério responsável pelas Águas e Florestas, o Instituto de Pesquisa em Ecologia Tropical (IRET) e a ONG Brainforest. Cabia a cada um dos parceiros coletar dados empíricos em campo. Para a Brainforest, o trabalho solicitado pelo CIFOR consistiu principalmente em determinar o impacto da exploração artesanal de madeira em áreas rurais através de entrevistas semi-dirigidas com os serradores e autoridades das localidades visitadas. Uma descida de campo de quinze (15) dias foi organizada mensalmente durante a duração do projeto, a fim de elaborar um diagnóstico sobre o corte artesanal à escala dos cantões e departamentos das províncias prospectadas. Como indicado nos termos de referência do projeto, doze (12) missões foram realizadas, sendo seis (6) no Estuário e seis (6) em diferentes outras províncias do país (Woleu-Ntem, Ngounié, Médio-Ogooué, Nyanga, Ogooué-Lolo e Ogooué-Ivindo). Os resultados apresentados neste resumo não levam em conta as análises dos dados enviados ao CIFOR, mas são baseados nas observações diretas feitas em campo. O principal resultado a ser alcançado para as atividades atribuídas à Brainforest consistia em caracterizar o corte artesanal à escala dos cantões das províncias pesquisadas. Isso incluía, entre outras coisas, catalogar os diferentes serradores que atuam na escala dos cantões pesquisados; identificar as áreas de intensa atividade de exploração artesanal "informal" de madeira; informar as autoridades locais sobre o projeto e coletar sua visão sobre essa

atividade. Das discussões com os agentes da Administração das Águas e Florestas entrevistados nas diferentes províncias pesquisadas, ficou claro que a produção de corte artesanal está em aumento nos últimos anos. Múltiplas hipóteses podem explicar esse crescimento: a proibição de exportar toras que levou à compressão dos empregos na cadeia de madeira, ou ainda o aumento da demanda por cortes artesanais causado por múltiplos canteiros... Quanto às principais áreas de intensa atividade de exploração artesanal, o estudo mostrou que os

serradores exploram a madeira localizada a cerca de 3 km da estrada, nas plantações (antigas ou novas) que compram de proprietários das referidas plantações. Trata-se, na maioria, de árvores localizadas fora domínio permanente do Estado. No entanto, pode ocorrer que alguns serradores explorem madeira abandonada em um antigo parque de madeira. No nível rural, a produção e a transformação artesanal de madeira permitem que as populações locais exerçam direitos de propriedade sobre os recursos florestais e os administrem em seu benefício.

ESTUDOS REALIZADOS 41 ESTUDOS REALIZADOS Além dos projetos implementados, alguns estudos específicos foram realizados. I. ESTUDO SOBRE O IMPACTO DAS PLANTAÇÕES AGRO-INDUSTRIAIS DE PALMEIRAS DE ÓLEO E HEVEA SOBRE AS POPULAÇÕES DO GABÃO Este estudo insere-se no âmbito do projeto regional: "Participação das comunidades da Bacia do Congo no coração da redução da desmatamento e degração florestal", e foi realizado pela Brainforest, com o apoio técnico da FERN e do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM). O apoio financeiro foi fornecido pelo Fundo para as Florestas da Bacia do Congo (FFBC, CBFF) e pela Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC). Ao final de uma missão relativa à análise do impacto das plantações agro- industriais de palmeiras de óleo e hevea sobre as populações do Gabão, este estudo dá alerta sobre as ameaças para as populações rurais sujeitas às plantações industriais de palmeiras de óleo e heveas. O objetivo deste estudo é desdobrado em cinco partes focadas no estado de referência do ambiente socioeconômico; as implicações do quadro jurídico; o processo em curso; a problemática das dinâmicas de mudança no modo de vida das populações. Recomendações que podem ser traduzidas em um plano operacional destinado a contribuir para a salvaguarda do modo de vida das populações rurais em um contexto onde o desenvolvimento das agroindústrias parece inevitável foram propostas. Na maioria dos casos deste estudo, as entrevistas com as populações afetadas abordaram as atividades costumeiras, as fontes de renda, o uso do espaço e dos recursos, as estruturas sociais e os modos de organização, as relações com o poder público e os operadores, e os efeitos já identificados. A constatação em campo mostra que os processos são tão recentes que os impactos são difíceis de detectar. O fato de que a demografia é baixa em Gabão faz com que os impactos detectados sejam bastante fracos. Os principais efeitos imediatos que se detectam até agora estão relacionados ao fato de que as populações que até então ocupavam essas terras descobrem abruptamente, ao abrigo do direito positivo, que não são as proprietárias. Elas também descobrem a insegurança alimentar porque é dentro da floresta que se alimentam. Elas tomam consciência da necessidade de defender seu direito e há como que o nascimento de uma "consciência jurídica". A proteção do modo de vida das populações em um contexto de desenvolvimento das plantações agroindustriais de hevea e palmeiras de óleo, que se apresenta como o cavalo de batalha das ONGs nacionais e internacionais, passa pela implementação de um conjunto de atividades, que, em Gabão, enfrenta três fatos principais segundo o estudo: a ausência de terras agrícolas previamente identificadas, a falta de normas nacionais de exploração e a forte politização do assunto. Este estudo, que se junta ao relatório relativo ao estudo de impacto ambiental (EIA) realizado em conformidade com a regulamentação em vigor em Gabão, deve permitir a clareza sobre os impactos sociais dos projetos agroindustriais de palmeiras de oil e hevea da empresa belga SIAT e da empresa de Singapura OLAM, para o bem dos Gabonenses. II. ESTUDO SOBRE O ÍNDICE DE PERENIZAÇÃO 2010 E 2011 DAS ONGs DA ÁFRICA SUBSAARIANA Encomendado pela Management System International com sede nos Estados Unidos, tratava-se de conhecer melhor as ONGs e, sobretudo, poder participar do fortalecimento de suas capacidades utilizando uma ferramenta de avaliação proposta pela USAID, a saber, o cálculo do índice de perenização das ONGs. Deve-se ressaltar que o cálculo deste índice de perenização das ONGs se tornou uma atividade anual. O trabalho consistiu em reunir um painel de especialistas atuando em diferentes domínios: antropologia, sociedade civil,

política, jornalismo e administrativo. Os especialistas identificados responderam, previamente, a um questionário, elaborado pela ONG responsável, permitindo assim calcular individualmente o índice relativo a cada

indicador, como: o contexto jurídico, as capacidades organizacionais, a viabilidade financeira, a defesa, a prestação de serviços, as infraestruturas e a imagem pública. Este primeiro trabalho, uma vez realizado, um workshop reunindo todo o painel foi convocado, a fim de debater melhor e fixar em grupo o índice geral de cada indicador e, consequentemente, o índice de perenidade das ONGs do país. Um relatório geral por ano sobre os diferentes países participantes foi produzido e esses relatórios estão disponíveis no site da Brainforest.

PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS 43 PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS A Brainforest, no âmbito da implementação de suas atividades, compreendeu que só por meio de parcerias e colaborações é possível alcançar seus objetivos para uma melhor governança dos recursos naturais e a promoção dos direitos das populações locais e indígenas. I. A DINÂMICA GABÃO MINHA TERRA MEU DIREITO (www.gabonmaterre.org) "Gabon Minha Terra, Meu Direito", uma iniciativa d apoio às populações locais Beneficiando do apoio financeiro e técnico de organizações não governamentais internacionais envolvidas na gestão das florestas ou na defesa dos direitos das populações locais. Este agrupamento de cerca de vinte ONGs que atuam no meio ambiente visa estabelecer sinergias e facilitar a condução de ações comuns. Muito envolvida na defesa dos direitos das populações, seu modo operacional consiste em compartilhar os recursos humanos para permitir uma condução mais eficiente das atividades, uma arrecadação de fundos mais significativa, uma distribuição proporcional às necessidades e capacidades dos solicitantes. A transferência de competências entre ONGs e em benefício das populações também figura entre suas preocupações. GMTMD deve expandir suas atividades por todo o país. Imediatamente, ela se concentra na questão fundiária e na divulgação do quadro jurídico e regulamentar nas zonas de Kango, Mouila, Minvoul e Libreville. II. COALIZÃO PUBLIQUE O QUE VOCÊ PAGA Um quadro de concertação e troca muito ativo, a coalizão "Publique o Que Você Paga", aparece hoje como o braço secular das organizações da sociedade civil, em sua luta pela boa governança dos recursos públicos. Enquanto promove o fortalecimento das capacidades dos membros da sociedade civil sobre os temas acima enumerados, essas diferentes atividades permitiram um melhor conhecimento da coalizão e do setor das indústrias extrativas no Gabon. .

 III. A PLATAFORMA MEIO AMBIENTE GABÃO Um quadro de concertação das ONGs ambientais gabonesas, esta plataforma visa essencialmente um objetivo de coordenação das ações dos organismos da sociedade civil ambiental, bem como um compartilhamento de experiências entre nossas diferentes organizações. Neste ano também, o Meio Ambiente Gabão permaneceu fiel à sua lógica e ao seu princípio sagrado de envolvimento dos outros membros da plataforma nas ativi- dades realizadas por um de seus membros. Para isso, tratou-se para nossa organização de contribuir para o fortalecimento das capacidades das organizações da sociedade civil gabonesa em temas como: o FLEGT, a REDD, a questão fundiária e a apropriação das terras, os Sistemas de Informação Geográfica, as metodologias de trabalho e de coleta de dados junto às comunidades locais e indígenas, a facilitação de um encontro multiatores em matéria de gestão dos recursos naturais. © Ph OTO : BRAI nf OREST

RESTRIÇÕES RELATIVAS À IMPLEMENTAÇÃO DE NOSSAS AÇÕES NO CAMPO 45 RESTRIÇÕES RELATIVAS À IMPLEMENTAÇÃO DE NOSSAS AÇÕES NO CAMPO Restrições de origens e causas tão

diversas quanto variadas marcaram a continuidade de nossa ação, comprometendo às vezes nossas chances de alcançar os objetivos que foram os nossos neste ano. Trata-se essencialmente de restrições endógenas e exógenas. I. RESTRIÇÕES INTERNAS Apesar de todo o dinamismo que prevalece dentro da estrutura, é inegável que muito ainda precisa ser feito em termos de fortalecimento das capacidades da equipe, a qual é composta em sua maioria por jovens profissionais. Essa é, aliás, a razão pela qual um programa de fortalecimento progressivo de capacidades foi implementado. À parte esse programa, a estrutura recorre a competências externas quando as circunstâncias exigem. A Brainforest também enfrenta o espinhoso problema de financiamentos necessários à implementação de seu plano estratégico. Um programa de " fundraising" está em fase de finalização, a estrutura vive exclusivamente de fundos recebidos no âmbito dos projetos implementados. Tudo isso é, portanto, de natureza a nos fragilizar e limitar, assim, o alcance de nossa ação. II. RESTRIÇÕES EXTERNAS A principal restrição aqui decorre da profunda incompreensão ou da má interpretação em relação aos objetivos de algumas de nossas ações. De fato, defensora do meio ambiente, mas também e sobretudo dos direitos das comunidades locais e indígenas, muitas vezes nossa estrutura é classificada como adversária da conservação. Essa consideração nos valeu, infelizmente, ser excluídos quando se tratou de estabelecer das parcerias formais com algumas administrações técnicas gabonesas. Apesar desse estado de coisas, continuamos a nutrir a firme convicção de que todo processo de conservação, de gestão sustentável dos recursos naturais não pode ser feito sem a participação de todas as partes interessadas, mas sobretudo dos principais afetados que aqui são as comunidades. De fato, estas detêm não apenas direitos ancestrais sobre as terras em disputa, mas também permanecem grandemente dependentes da floresta da qual extraem a maior parte de sua alimentação.

 Embora não tenhamos a pretensão de considerar nossa abordagem como sendo uma panaceia, permanecemos, no entanto, convencidos de que esta constitui um ferramenta eficaz de participação das comunidades e, consequentemente, de resolução de conflitos em matéria de gestão dos recursos naturais © Ph OTO : DR

47 SEGUNDA PARTE: BALANÇO FINANCEIRO

 BALANÇO FINANCEIRO I. FINANCIAMENTOS RECEBIDOS EM 2011 Parceiro / Financiador Título do projeto Montante da subvenção (FCFA) disponibilidade para 2011 (FCFA) Agência Francesa para o Desenvolvimento (AfD) Promoção de uma participação ativa e efetiva da sociedade civil nos processos relacionados à gestão durável dos recursos florestais, nomeadamente o FLEGT 17 020 772 17 020 772 Rainforest Foundation UK (RfUK)/DfID (março 2009- junho 2011) Cartografia participativa na bacia do Congo 168 918 266 47 740 229 RfUK/CBff Estudo de caso: Promoção dos direitos fundiários das comunidades florestais na bacia do Congo 1 485 087 1 485 087 fERn formação Mango sobre a Gestão financeira estratégica para as ONGs da Bacia do Congo (Camarões, Gabão, RCA, RDC, Congo) 10 151 000 10 151 000 fERn/CBff Participação das comunidades da Bacia do Congo no coração da redução da desmatamento e degrada- tion florestal 28 206 151 19 678 710 fERn/UE (2009-2011) Assegurando um assento à mesa: Apoio a coalizões de ONGs para melhorar a governança florestal usando o processo FLEGT... 63 245 406 25 971 306 Management System International/ USAID Índice 2011 de Sustentabilidade das ONGs da África Sub-Saariana 4 880 000 4 880 000 fAO Programa ACP FLEGT (abril 2011-abril 2012) Fortalecimento das capacidades dos membros da sociedade civil gabonesa e das comunidades locais nas atividades de monitoramento e coleta

de informações sobre as infrações florestais, para uma melhoria da governança. 67 500 000 29 183 314 Direção do Meio Ambiente do Gabão Subvenção às ONGs ambientais gabonesas 1 000 000 1 000 000 Embaixada dos Estados Unidos no Gabão Projeto de Luta cidadã contra a corrupção 25 000 000 16 122 100 CIfOR PRO fORMAL: Opções de Políticas e Regulatórias para reconhecer e melhor integrar o setor de madeira doméstica em países tropicais 25 163 250 18 872 437 Total 412 569 932 192 104 954

Balanço financeiro 49 II. FINANCIAMENTOS RECEBIDOS EM 2012 Projeto/Atividade Orçamento pré- visional Orçamento recebido Montante des- pensado Saldo Euro fCfA Euro fCfA Euro fCfA Euro fCfA SUBVENÇÃO Delação união Euro- péia Assimilação e vulgarização dos elementos do plano de ação FLEGT pela sociedade civil gabonesa, para sua participa- tão qualitativa nos trabalhos de negociação e de implementação do APV 80 302,53 52 675 007 80 284,54 52 663 207 92 776,64 60 857 486 12 492,10 8 194 279 CBff via fERn Participação das comu- nautés da Bacia do Congo no coração da redução da desmatamento e degradação florestal(BO fCOM) 30 000,19 9 678 834 30 000,19 19 678 834 30 000,19 19 678 834 DfID via fERn A implementação do fLEGT : Promover a boa govern- nça no setor florestal 69 891,86 45 846 055 64 643,00 42 403 028 53 513,35 35 102 458 11 129,65 7 300 570 fAO Fortalecimento das capacidades dos membros da sociedade civil gabonesa e das comu- nautés locais nas atividades de surveillance e coleta de in- formações sobre as infrações florestais, para uma melhora- toria da governança 102 903,09 67 500 000 80 021,53 52 490 686 75 645,30 49 620 064 4 376,24 2 870 622 DfID e Rainforest fun D via R fu K Fortalecimento das capacidades para o respeito e a promoção dos direitos das comunidades florestais (Juristas comu- nautários) 185 976,96 121 992 886 177 698,28 116 562 428 137 132,11 89 952 770 40 566,16 26 609 658 Outras subvenções (WRM, MSI , Justiça Conservação) PRO fORMAL, Estudos (MSI, WRM) e outras parcerias 26 065,90 17 098 109 26 065,90 17 098 109 26 039,08 17 080 515 26,82 17 594 TOTAL 495 140,52 324 790 891 458 713,44 300 896 292 415 106,67 272 292 127 43 579,95 28 604 165

Relatório anual 2011 - 2012 50 III. DESPESAS POR CATEGORIA EM 2012 DESPESAS fCfA % Euros Material e suprimentos de escritório, consumíveis 8 746 876 3,21% 13 334,53 Outras compras 4 064 926 1,49% 6 196,94 SERVIÇOS EXTERNOS Aluguel e encargos locativos 20 030 137 7,36% 30 535,75 Viagens 12 749 632 4,68% 19 436,69 Custos de Transporte 14 560 469 5,35% 22 197,29 Outros encargos externos (missão de campo ...) 69 405 120 25,49% 105 807,42 Manutenção, reparos e manuten- ção 7 063 017 2,59% 10 767,50 Publicidade, Publicação, relações públicas 17 923 402 6,58% 27 324,05 Custos de telecomunicações 5 345 308 1,96% 8 148,87 Honorários 2 449 371 0,90% 3 734,04 CUSTOS DE PESSOAL Remunerações diretas pagas à equipe e encargos 109 953 869 40,38% 167 623,59 TOTAL 272 292 127 415 106,67

Balanço financeiro 51

www.brainforest-gabon.org BP 23749, Libreville Gabão Tel : (00241) 07 97 84 25 info@brainforest-gabon.org